

# Resumo de notícias econômicas

21 de julho de 2021 (quarta-feira)

Ano 3 n. 136

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 21 DE JULHO DE 2021

## Sistema S resiste a financiar plano do governo

### O Estado de S. Paulo

Empresários se articulam para barrar corte de 30% nos recursos das entidades do Sistema S para financiar programa do governo de inclusão de trabalhadores informais no mercado de trabalho. Os dirigentes das grandes confederações empresariais se articulam para barrar o corte de 30% nos recursos das entidades do Sistema S para financiar programa do governo de inclusão de trabalhadores informais no mercado de trabalho no pós-pandemia da covid-19. A ideia do governo é dar uma bolsa de R\$ 550 para jovens de baixa renda e trabalhadores informais fazerem cursos de especialização, com R\$ 275 pagos pelo Sistema S e a outra metade, pela empresa. A proposta foi incluída na medida provisória que renovou o programa emergencial que prevê corte de jornada, salários e suspensão dos contratos de trabalho. A proposta acabou não sendo votada depois de uma articulação política das confederações.

O projeto é a “menina dos olhos” do ministro da Economia, Paulo Guedes, que nas últimas semanas vinha buscando apoio do setor empresarial e dos dirigentes patronais para conseguir o financiamento fora do Orçamento do governo federal. Antes de assumir o ministério, Guedes prometeu “meter a faca” no Sistema S. A MP previu, porém, um custo de R\$ 41 bilhões para os dois programas em três anos, a ser financiado pelo Sistema S e complementarmente pelos fundos FAT e de Erradicação da Pobreza.

O presidente CNI, Robson Andrade, que tem na sua aba o Sesi e o Senai, diz que o Sistema S não suporta o corte de 30% dos recursos. Segundo ele, era negociado um acordo com Guedes de um repasse “espontâneo” de R\$ 2 bilhões de todo o setor em 2022. Ele afirma que não há sombra de recursos. “Vai acabar em três anos com o sistema”, diz Andrade, que prevê o fechamento de 400 escolas de treinamento.

Os presidentes das entidades passaram, então, a se perguntar quem do governo havia “patrocinado” a colocação do pacote (que tem dois tipos de programas) dentro da MP. Depois de uma articulação rápida, conseguiram barrar a votação antes do recesso de julho e, agora, negociam com o relator, deputado Christino Áureo, outras fontes de financiamento. O parlamentar diz que incluiu no relatório da MP o programa porque é

medida que conecta o auxílio pago a quem teve o contrato suspenso ou o salário reduzido como uma rampa de acesso ao mercado. “É um equívoco tirar recursos da capacitação profissional para uma bolsa direta em dinheiro que poderá ser usada para outras finalidades, como compra de alimentos, por exemplo”, disse o presidente da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Vander Costa. O presidente do Sebrae, Carlos Melles, diz que, nas conversas com Guedes, o ministro não falou do corte. “Não posso acreditar que tenha vindo dele a proposta”, diz.

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, defendeu a proposta. “Temos que fazer com que o Sistema S tenha uma redenção do ponto de vista da percepção social, de trabalhar para incluir jovens no mercado.”

## **O crescimento da China e seu efeito no Brasil**

### **Broadcast**

Houve quem apontasse desaceleração da economia chinesa no segundo trimestre. De fato, o crescimento em relação a igual período de 2020 foi menor do que o dos primeiros três meses do ano. E a diferença foi substancial. De janeiro a março de 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) chinês cresceu 18,3% na comparação com igual período de 2020; de abril a junho, a expansão foi de 7,9%.

Essa redução está longe, porém, de sinalizar perda expressiva de dinamismo da economia. E isso é bom não apenas para a China. Por sua presença cada vez mais intensa em todo o mercado mundial, a economia chinesa tem impacto sobre as de muitos outros países. Há mais de um decênio a China é, por exemplo, o maior parceiro comercial do Brasil.

No começo do ano, a base de comparação era baixa, pois também a economia da China foi fortemente afetada pela crise do novo coronavírus, que teve origem no país e rapidamente se espalhou pelo mundo. Daí o expressivo crescimento no primeiro semestre.

Mas a recuperação continuou no segundo trimestre, quando a base de comparação, o resultado do período abril-junho de 2020, já se aproximava da normalidade. No ano passado, a despeito da pandemia, o PIB chinês cresceu 2,5%,

tornando a China a única, entre as dez maiores economias do mundo, a registrar expansão.

A nota do Escritório Nacional de Estatísticas da China diz que a economia do país “manteve a recuperação e continuou a apresentar um desempenho restaurador com base consolidada e um bom ritmo de crescimento”. Associada ao desempenho econômico destacado, mesmo na comparação com as economias mais dinâmicas, a integração cada vez mais acentuada da China com boa parte dos países do mundo deve resultar em demanda crescente do país, para suprir seu mercado interno cada vez mais voraz, e agora também mais seletivo.

O aumento do nível de exigência do consumidor chinês deve levar à importação, pelo país, de produtos de melhor qualidade e, conseqüentemente, de maior valor agregado, observou o embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, em entrevista ao Broadcast, serviço de informação econômica em tempo real da Agência Estado. Isso cria oportunidades recíprocas, porque “as relações comerciais China-brasil são altamente complementares e cheias de vigor”, segundo ele.

## **Estados driblam nova regra sobre saneamento**

### **O Estado de São Paulo**

Pilar do marco legal do saneamento, a exigência de licitação para estatais fecharem novos contratos está sendo driblada por uma guerra de interpretações da nova lei. Pelo menos nove Estados – Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima – aprovaram os processos de regionalização dos serviços de água e esgoto numa modalidade que abre brecha à possibilidade de atuação das empresas estaduais públicas sem processo licitatório.

Em vigor há um ano, o novo marco foi pensado para estimular a participação das empresas privadas no setor. A regionalização dos serviços é uma das primeiras etapas para viabilizar esse processo. A questão está longe de estar pacificada e opõe os agentes do segmento. A lei proibiu estatais do setor de fechar novos contratos sem licitação com os municípios. No entanto, o risco de o veto cair veio quando governos locais passaram a dividir os Estados em blocos de municípios por uma modalidade chamada microrregião, em que deve prevalecer o “interesse comum”. A justificativa é que, nesse

formato, a lei federal menciona que a titularidade dos serviços é também dos Estados. Com isso, o argumento é de que, sendo a estatal uma empresa do governo estadual, a prestação direta, sem concorrência, seria possível. O setor privado, no entanto, afirma que a interpretação está errada e já cogita acionar a Justiça caso as gestões estaduais avancem com a ideia.

Ao enviar para a Assembleia Legislativa do Amazonas o projeto que cria a microrregião no Estado, o governo Wilson Lima (PSC) afirmou que o texto era necessário para dar maior segurança à prestação de serviços, considerando a existência de “titularidade interfederativa” na microrregião, “o que autoriza a prestação direta dos serviços públicos de saneamento básico pela Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama)”.

A possibilidade é analisada em Roraima. Para isso, o Estado avalia fazer a transferência acionária da estatal, a Companhia de Água e Esgotos de Roraima (Caer), para a microrregião. O governo local afirmou que a decisão, seja pela privatização ou pela criação de uma empresa do bloco (via transferência da Caer), será do colegiado da microrregião.

A regionalização por meio de microrregiões nos outros Estados não significa que todos entendam, por consequência, que a prestação direta pela estatal, sem concorrência, é uma possibilidade. Por outro lado, a entidade que representa as estatais de saneamento confirmou que essa interpretação da lei é avaliada pela associação.

Especialistas afirmam que a estratégia é uma manobra para Estados manterem as estatais com o monopólio dos serviços, mesmo debaixo de dúvida de que elas possam dar conta das metas de universalização do saneamento, prevista para 2033. Hoje, 16,3% da população não tem fornecimento de água potável e mais da metade não é atendida com tratamento de esgoto.

Um estudo da GO Associados apontou que pelo menos dez companhias públicas de saneamento não atendem a um ou mais critérios exigidos pelo novo marco e pelo decreto que regulamenta a lei. As empresas do Amazonas e de Roraima estão entre elas.

“Isso, de fato, é uma possibilidade jurídica que tem se estudado. Agora, cada Estado tem sua autonomia para decidir não só a microrregião, mas como sua interpretação da lei. A lei é um fato novo, e ela estabelece em um dos seus artigos que

o Estado é titular conjuntamente com o município quando há interesse comum e a microrregião. Sendo isso estabelecido, a empresa do Estado pode prestar diretamente”, disse o presidente da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), Marcus Vinicius Neves.

A Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto a firma que a tese não se sustenta. Uma vez que os municípios que formam a região de interesse comum, e são titulares do serviço junto do Estado, não são sócios da estatal, a delegação dos serviços a essa empresa exige, sim, uma licitação. “A lei admite a prestação direta dos serviços, isso é fato. Mas ela demanda concorrência quando há concessão do serviço para outro operador”, afirmou o diretor da Abcon, Percy Soares. No governo federal, o entendimento é que as companhias estaduais não podem prestar os serviços sem licitação.

## **Bolsas dos EUA podem ter 10 brasileiras no semestre**

### **Broadcast**

O segundo semestre deve ser marcado pela oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de até 10 empresas brasileiras em Bolsas nos Estados Unidos. Entre elas, Elo Cartões, a provedora de infraestrutura para comércio eletrônico Vtex, a plataforma de criadores de conteúdo Hotmart, a empresa de pagamentos Ebanx e, a grande estrela, o banco digital Nubank. Já a insurtech Thinkseg deve ser a primeira brasileira a fazer uma listagem direta de ações, ou seja, sem depender de bancos de investimento, na Nasdaq. Em comum, todas as empresas têm a forte pegada digital - sendo algumas delas unicórnios. Muitas dessas companhias vinham se preparando há algum tempo e veem um bom momento para se lançar no exterior agora. » Liquidez. Apesar de o Nubank buscar o valor de mercado mais alto, de US\$ 30 bilhões, todas as companhias têm a pretensão de valer pelo menos alguns bilhões de dólares. As captações serão, de maneira geral, em torno de US\$ 300 milhões – mais de R\$ 1,5 bilhão.

A ausência de investidores locais dedicados a segmentos específicos é o grande estímulo para essas empresas irem ao exterior. Lá, encontram especialistas com capacidade de melhor analisar suas perspectivas de crescimento e chegar a um valor de mercado mais alto. Além disso, com a nova regulação dos Brazilian Depositary Receipts (BDRS), as companhias ainda têm acesso aos investidores institucionais brasileiros.

Outro fator para a listagem em Wall Street é a métrica de avaliação diferente. Enquanto no Brasil, poucos olham companhias avaliando múltiplos de receita, lá fora é bem mais comum, o que tende a atribuir maior valor à empresa. No mercado doméstico, a conta acaba envolvendo os múltiplos de lucro e geração de caixa.

Esta semana, por exemplo, a Zenvia, empresa de soluções de tecnologia, vai precificar uma oferta na Nasdaq que pode chegar a US\$ 199 milhões. A expectativa é a de que o processo ocorra nesta terça-feira (20). Em paralelo ao IPO, a Zenvia fechou um aporte privado com a Twilo, plataforma norte-americana de comunicação em nuvem, no valor de US\$ 50 milhões.

A Agrogalaxy, plataforma de varejo de insumos agrícolas, está levando adiante seu IPO com a pretensão de levantar cerca de R\$ 520 milhões, caso seja considerado o preço da ação a R\$ 15,12, o meio da faixa, e os lotes extras. Com uma operação que prioriza o uso da tecnologia para ganho de eficiência e margem, em um setor ainda pouco representado na Bolsa, a empresa já tem um número de investidores interessados que cobre duas vezes a oferta pelo preço mínimo da faixa, de R\$ 13,75. A operação foi retomada com tamanho inferior à metade do que a empresa chegou a considerar meses atrás. Em abril, a Agrogalaxy cancelou sua oferta, que superava a casa do R\$ 1 bilhão. Decidiu conduzir o processo junto a um grupo restrito de investidores, diferentemente da tentativa anterior. A decisão de suspender a oferta foi tomada devido à volatilidade do mercado em meio à pandemia de covid-19 e à instabilidade política.

O sucesso da oferta inicial de R\$ 1,3 bilhão da 3Tentos Agroindustrial, distribuidora gaúcha de insumos agrícolas, semana passada, deu o empurrão que faltava ao IPO da Agrogalaxy. A 3Tentos teve demanda de três vezes para sua oferta. O apetite de fato vai ser testado quando ocorre o processo de venda (bookbuilding). O Itaú BBA será o coordenador líder da oferta, com XP Investimentos, UBS BB, banco Safra e Banco ABC Brasil como demais coordenadores.

## **A vez dos elétricos**

**Broadcast**

**\* FÁBIO GALLO**

**\* PROFESSOR DE FINANÇAS DA FGV-SP**

Muitos de nós já sonham em ter o seu veículo elétrico (VE), principalmente aqueles mais preocupados com as questões climáticas. Mas, no Brasil, investir num carro elétrico não é para qualquer um. Os preços dos dez elétricos mais baratos encontrados em nosso mercado estão entre de R\$ 160 mil e R\$ 600 mil. Mesmo assim, em 2020 foram vendidas quase 20 mil unidades, um salto de 66,5% em relação às vendas de 2019. Em nosso país a participação de VES é de 1%, ainda menor do que em outros lugares. A frota norte-americana já é de 2%, enquanto na Europa já atinge 9,3%, e na China, 5%.

Na comparação com os veículos comuns que estão à venda, os VES exigem um investimento inicial mais alto. O IPI desses autos está entre 12% a 18%. Mas as despesas com esse tipo de carro são menores. O gasto de recarga é menor. Um VE demanda algo como 20 KWH para percorrer 100 km, mais ou menos R\$ 12 em São Paulo. Em um carro a combustão, o gasto seria da ordem de R\$ 60. Além disso, a estrutura pública de recarga no Brasil ainda é gratuita, embora o tempo de carregamento e a escassez de pontos possam levar à ansiedade de uma pane seca em muitas localidades. A manutenção dos VES é mais barata. Chega a ser metade dos carros a combustão. Uma preocupação é com a bateria. Se for preciso trocar, o custo é muito alto. É um novo investimento, mas as garantias vão de 8 a 10 anos.

Em alguns Estados há benefícios tributários, e em algumas cidades são oferecidas vantagens como isenção do pagamento de estacionamento em locais públicos ou isenção de rodízio. Por outro lado, há outras questões que podem orientar as pessoas na decisão de adquirir um VE. O transporte é responsável por cerca de um quinto das emissões globais de dióxido de carbono, ozônio e poluição, com viagens rodoviárias sendo responsáveis por três quartos desse montante. A maior parte disso vem de veículos de passeio, automóveis e ônibus, que contribuem com 45,1%. Os outros 29,4% vêm de caminhões com carga. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a poluição do ar causa uma em cada nove mortes em todo o mundo. Mas um fato que deve ser visto

com cuidado é que, a menos que a eletricidade que alimenta os VES seja limpa, eles nunca serão uma opção totalmente ecológica. Se a produção de energia não for limpa, não adianta nada o carro consumir eletricidade.

Um estudo da Universidade Tsinghua, da China, mostra que os VES recarregados na China, onde a maior parte da eletricidade vem de usinas movidas a carvão, contribuem de duas a cinco vezes mais com partículas e produtos químicos do que os carros com motor a gás. A própria fabricação de baterias consome muita energia. Para que os VES sejam uma opção verde para o transporte, de ponta a ponta, é vital que sejam conectados com energia renovável. Esse tipo de carro ainda não é para todos os bolsos, mas um futuro mais seguro e melhor para todos.

## **Desaceleração desigual da inflação**

### **Broadcast**

Depois da alta de maio, a inflação se desacelerou para todas as faixas de renda em junho. Mas a redução foi mais intensa para as faixas mais altas. Os mais pobres, que há meses acumulam inflação média mais alta do que a dos mais ricos, continuam a ter seus orçamentos mais comprimidos pela alta dos preços do que os que têm renda maior.

É um fenômeno que a pesquisa feita regularmente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) vem mostrando desde meados do ano passado e que, embora tenha perdido o impulso que apresentou nos meses iniciais, persiste. A inflação oficial do País, medida pelo IPCA aferido pelo IBGE, ficou em 0,53% em junho. Para as famílias de renda muito baixa, porém, alcançou 0,62% e para as famílias de renda alta ficou em 0,36%.

Durante meses, a alta dos principais itens que compõem a mesa dos brasileiros onerou as famílias que precisam reservar fatias maiores de seus orçamentos para a alimentação. São as famílias de renda mais baixa. Os preços desses produtos, como carne, arroz, óleo de soja, entre outros, pararam de subir ou variam num ritmo próximo do dos demais itens que compõem os índices de inflação. Mas estão se estabilizando num nível alto.

E alguns preços continuam a subir. Nos últimos meses, a maior contribuição para a alta dos preços tem vindo do grupo habitação. Também esse item tem peso maior no

orçamento das famílias mais pobres do que no das mais ricas. Entre os itens que compõem esse grupo destacam-se, por aumentos recentes, a energia elétrica e, com peso menor, o gás de botijão e o gás encanado. A conta de luz subiu 1,95% em junho, por causa da bandeira vermelha no nível 2. A alta dos preços do petróleo vem afetando o preço interno do gás de botijão e do gás encanado, que, no primeiro semestre, aumentaram, respectivamente, 16% e 14,2%.

Para uma alta de 8,35% do IPCA em 12 meses, a inflação das famílias de renda muito baixa foi de 9,2%; para as de renda alta, de 6,5%. A inflação das famílias mais pobres ainda é pressionada pelos aumentos de 15,3% da alimentação no domicílio, 16,2% da energia elétrica e 24,2% do gás de botijão. Para as famílias de renda alta, a maior pressão vem dos combustíveis, com alta de 43,9%.

## **Mercado já vê inflação em 6,31%, longe da meta**

### **Broadcast**

A projeção do mercado financeiro para a inflação em 2021 continua a se distanciar ainda mais do teto da meta do Banco Central. Economistas do mercado financeiro alteraram de novo a previsão para o IPCA – o índice oficial de preços – neste ano, conforme o Relatório de Mercado Focus, de aumento de 6,11% para 6,31%. Há um mês, a previsão era de 5,90%. Trata-se da 15.<sup>a</sup> alta seguida. A projeção dos economistas para a inflação já está bem acima do teto da meta de 2021, de 5,25%. O centro da meta para o ano é de 3,75%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto (de 2,25% a 5,25%). A meta de inflação é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Para alcançá-la, o Banco Central eleva ou reduz a taxa básica de juros da economia.

Com expectativa de inflação maior, o mercado elevou a previsão da Selic pela segunda semana seguida. Agora, a expectativa é de a taxa chegar a 6,75% ao ano no fim de 2021.

Para o PIB de 2021, os economistas do mercado financeiro passaram a estimar crescimento de 5,26% para 5,27%. Foi a 13.<sup>a</sup> alta seguida do indicador. No começo do ano, o mercado previa que o PIB iria crescer 3,4%.

## Relatório da Economia vê baixo retorno de empresas para União

### Folha de São Paulo

As estatais federais receberam R\$ 19,4 bilhões em recursos do Tesouro em 2020, mas pagaram apenas R\$ 5,4 bilhões em dividendos para a União. Dados do Ministério da Economia, apontam que a participação dessas empresas no PIB foi de 5,3% em 2020, sendo a maior parte relacionada à Petrobrás e Eletrobrás, aos bancos públicos e a empresas ligadas à tecnologia da comunicação, como os Correios e a Telebrás.

Os indicadores fazem parte do Relatório Agregado das Empresas Estatais Federais, do Ministério da Economia. Em sua segunda edição, o documento traz como novidade a contribuição das 46 estatais federais de controle direto no PIB, dado incluído por recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE).

Para o secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, Diogo Mac Cord, avaliar a contribuição das estatais para o PIB é, na verdade, observar o quanto essas empresas “travam” o desenvolvimento do País. “Importante entender que a forma de enxergar isso é a parcela do PIB que foi sequestrada por estatais e que não conseguimos desenvolver”, afirmou o secretário. Segundo ele, a estimativa de perdas pela não realização de leilões de pré-sal quando a Petrobrás não tinha recursos para disputá-los beira os US\$ 200 bilhões. “Se tivéssemos feito as licitações e aberto a disputa para outras empresas, o cenário econômico seria outro.” Mac Cord afirma que os indicadores das estatais, quando comparados aos do setor privado, mostram um baixo índice de eficiência associado a um alto custo para a União. Exemplo: isoladamente, o lucro líquido das estatais pode parecer alto, de R\$ 60,6 bilhões, assim como o patrimônio líquido ajustado, de R\$ 768,8 bilhões, e os ativos totais, de R\$ 5,3 trilhões.

Mas, quando se considera o retorno sobre o patrimônio do conjunto das estatais (relação entre o lucro e o patrimônio líquido médio), o indicador é de apenas 7%, enquanto o retorno sobre os ativos (relação entre o lucro e o ativo total médio) não passa de 1% – ambos inferiores ao custo de oportunidade, considerando o custo de rolagem da dívida. “Isso mostra que, de fato, a eficiência das estatais é muito baixa”, disse Mac Cord.

Ainda pelo levantamento, as estatais tiveram R\$ 96,6 bilhões em despesas com pessoal em 2020. A remuneração paga aos empregados varia conforme a empresa. Os

honorários dos presidentes podem chegar a R\$ 2,9 milhões por ano. Já os maiores salários médios são pagos na PPSA, estatal responsável por gerir os contratos de partilha oriundos de leilões do pré-sal, de R\$ 34 mil. No BNDES, a remuneração média é de R\$ 31 mil; na Petrobrás, R\$ 25 mil; na Codevasf, quase R\$ 21 mil; na Finep, R\$ 20 mil; e na Embrapa, R\$ 20 mil também.

No caso dos planos de saúde, os benefícios também são diferenciados conforme a estatal. O BNDES custeia 100% do plano de seus empregados, aposentados e dependentes. A Caixa, por sua vez, é responsável por 77% do plano de saúde dos empregados, cujo custo foi de R\$ 1,5 bilhão no ano passado. Os Correios pagam 68% do custo dos planos para 265.975 pessoas, um gasto de R\$ 1,5 bilhão. Já a Petrobrás foi responsável por 73% do plano, ao custo de R\$ 2 bilhões no ano passado.

***Assessoria de Comunicação – Sedet***

***Fone: (85) 3444.2900***

***[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)***

## INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) (R\$ MILHÕES)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB (%)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (\*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (\*\*) Valores projetados, sujeitos a revisão;

Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS (US\$ MILHÕES)				
	2018	2019	2020	2021 (Até junho)
Exportações	2.342,08	2.275,19	1.853,42	1.071,64
Importações	2.534,05	2.357,54	2.413,55	1.540,16
Saldo Comercial	-191,97	-82,35	-560,13	-468,52

Fonte: MDIC

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil ( R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central

PRINCIPAIS ÍNDICES				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar (mil)	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
Força de trabalho (mil)	4.088 (56%)	4.185 (56%)	3.808 (50%)	3.631 (48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE.

ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS - CEARÁ		
Indicadores	2020	2021 (Até maio)
Contratações	372.083	182.814
Demissões	358.013	158.869
Saldo de Empregos Gerados	14.070	23.945

Fonte: Novo Caged.

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS					
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211

Fonte: RAIS/ME

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ				
ESPECIFICAÇÕES	Total do ano			2021
	2018	2019	2020	Até junho
Abertura	69.981	84.948	89.084	55.775
Fechamento	71.796	31501	27.463	17.844
Total	-1.815	53.447	61.621	37.931

Fonte: JUCEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) - 2018 A 2021					
PERÍODO	Total do ano			2021	
	2018	2019	2020	Junho	Até junho
	17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.578.983	10.038.098

Fonte: CIPP.